

SEÇÃO 1 - RESULTADOS DE ESTUDO AVALIATIVO

Estudo do ETENE aponta os principais resultados das avaliações do FNE na última década

Diego Carneiro

Doutor em Economia e bolsista do Projeto Inova Talentos do IEL/CNPq em parceria com o Etene/BNB. Correio Eletrônico: dr.carn@gmail.com

Jacqueline Nogueira Cambota

Economista, doutora em Economia e Coordenadora de Estudos e Pesquisas do Etene/BNB. Correio Eletrônico: jacquelinenc@bnb.gov.br

O Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste, operacionalizado pelo Banco do Nordeste do Brasil (BNB), é uma das principais políticas nacionais de caráter regional no Brasil, tendo como objetivo principal reduzir a histórica disparidade econômica da Região com relação ao centro-sul do País, por meio do financiamento do setor produtivo. Em função de sua relevância para a economia nordestina, e pelo montante acumulado desde sua constituição em 1989, tal política tem sido objeto de diversos estudos que buscam investigar sua efetividade sob os mais diferentes aspectos.

Dessa maneira, o estudo aqui apresentado, e integralmente disponível no link abaixo, consiste em varredura sistemática da literatura em torno dos impactos do FNE sobre a economia nordestina, revisando dezenas de trabalhos, de modo a selecionar aqueles ancorados nas estratégias mais robustas. O escopo almejado inclui pesquisas de viés quantitativo/econométrico, que permitem, por várias técnicas, mensurar o tamanho do efeito dessa política.

O levantamento se deu a partir de uma busca realizada na base do site Google Acadêmico, utilizando expressões que remetem ao Fundo Constitucional. Para refinar os resultados obtidos procedeu-se, sequencialmente, à análise de título, resumo e qualidade do meio de divulgação, mantendo apenas aqueles trabalhos publicados em revistas com avaliação por pares e/ou aceitos em encontros acadêmicos com corpo científico. De todos os artigos analisados, apenas 15 atenderam integralmente aos critérios.

Os resultados mostraram que as empresas beneficiadas pelos empréstimos do FNE apresentam crescimento líquido da taxa de empregos e da massa salarial, mas sem efeito sobre o salário médio. Observou-se, também, que esse efeito parece ser crescente com o tempo e é consideravelmente superior para as micro e pequenas empresas. Isso permite concluir que as empresas beneficiadas podem estar usando os empréstimos para financiar seu crescimento, contudo, o fazem possivelmente pela replicação da planta produtiva, sem incorporar tecnologias que elevam a produtividade do fator trabalho. É importante frisar que a ausência de impacto sobre o salário médio também pode derivar das particularidades do lado da oferta, como a baixa qualificação dos trabalhadores.

Observando-se os trabalhos que avaliam o impacto do Fundo sobre o crescimento do PIB *per capita* dos municípios, nota-se, em geral, um efeito positivo do FNE, contudo, a análise setorial mostra que esse resultado depende fortemente do desempenho da agricultura. Uma possível explicação para esse resultado pode estar associada à baixa representatividade média

desse segmento nas economias locais, não obstante aglomerações pontuais estejam presentes em todos os estados nordestinos.

Os trabalhos mostraram, ainda, que as regiões mais desenvolvidas tendem a se beneficiar em maior proporção dos financiamentos do que aquelas de baixa renda. É possível que isso seja um retrato dos ganhos de escala associados ao adensamento econômico, com maior mercado consumidor e concentração de capital humano. Por outro lado, o transbordamento dos efeitos para municípios vizinhos aos de alta renda parece descrever com precisão o processo de crescimento com aglomeração previsto nos modelos teóricos da NGE.

Assim, depreende-se, do conjunto de evidências levantadas, que o FNE atua na mesma direção da configuração espacial-econômica endógena ao crescimento das sub-regiões nordestinas, pela formação de “ilhas de prosperidade”, e possivelmente acelerando esse processo. Em vista disso, é possível levantar alguns pontos que têm potencial de elevar o impacto global do FNE: (i) fomentar a adoção de novas tecnologias de forma concomitante à capacitação da mão de obra, de modo a elevar a produtividade das empresas beneficiadas; (ii) apoiar projetos de infraestrutura que reduzam os custos de transação dentro da Região.

É importante destacar que vários desses pontos já vêm sendo desenvolvidos no âmbito das políticas do BNB.

Para ler o documento completo, seguir o link:

[Avaliação do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste: uma revisão sistemática da literatura](#)

SEÇÃO 2 – ESTUDO AVALIATIVO EM ANDAMENTO

ETENE define metodologia para seleção de cidades médias a serem estudadas na área de atuação do BNB

Jane Mary Gondim de Souza

Economista, doutora em Desenvolvimento Regional e Coordenadora de Estudos e Pesquisas do Etene/BNB.
Correio Eletrônico: jane@bnb.gov.br

Iracy Soares Ribeiro Maciel

Pedagoga, mestre em Avaliação de Políticas Públicas e Coordenadora de Estudos e Pesquisas do Etene/BNB.
Correio Eletrônico: iracysrm@bnb.gov.br

Definir cidades médias não é tarefa fácil, haja vista a heterogeneidade das realidades dos territórios não metropolitanos. Por isso, é importante definir alguns critérios que sirvam de base para identificação dessas cidades, partindo do princípio de que esses critérios devem permitir definir as cidades médias à luz dos objetivos de desenvolvimento.

No passado, especulava-se a definição de cidade média utilizando-se apenas de parâmetros demográficos. No entanto, estudos recentes e mais dinâmicos apontam para a necessidade de examinar outras características na definição dessas cidades. Particularmente no caso nordestino, percebeu-se que, em vários estados, algumas cidades cresceram ao longo do tempo, tanto em termos de contingente populacional como em dinamismo econômico, classificando-se como médias cidades, pelo menos quanto ao critério da população.

Por outro lado, deve-se considerar que além da perspectiva de desconcentração populacional e econômica, essas médias cidades se desenvolveram também como alternativa ao agravamento dos problemas sociais das grandes cidades nordestinas. Dados de 2014, do IBGE, apontam para 34 o número de cidades médias na Região Nordeste, cuja população conjunta é de 6,6 milhões de habitantes e PIB de R\$ 118,8 bilhões (IBGE, 2015). Isso revela a importância dessas cidades no contexto regional.

Neste texto, expõe-se uma metodologia específica para seleção de cidades médias na área de atuação do BNB, desenvolvida no Etene, que visa abarcar a problemática anteriormente mencionada e compõe um estudo, em andamento, sobre médias cidades pertencentes à área de atuação do BNB. A metodologia utiliza e combina quatro critérios distribuídos nas categorias econômica e social. Como critérios econômicos, elegeram-se o PIB Municipal (2015) e a Variação do PIB Municipal (2002-2015). Os critérios sociais foram o IDH – M (2010) e a População (2015).

Na categoria econômica, o PIB contribui para traduzir o tamanho da economia do município, uma vez que representa a soma, em valores monetários, de todos os bens e serviços finais produzidos num determinado espaço geográfico. Já a variação do PIB, verificada no período de 2002 a 2015, traduz sinalizações sobre o dinamismo recente da economia da cidade, em termos de crescimento de seu produto.

Na categoria social, o IDH-M é um índice composto por indicadores de saúde, de educação e de renda, variando entre 0 e 1. Quanto mais próximo de 1, o IDH-M indica que o município oferece à população, nas três dimensões que o compõem, melhores serviços.

A metodologia utilizada partiu da seleção, no banco de dados do IBGE, de todos os municípios da área de atuação do BNB em 2015, excluindo-se as capitais dos estados e as

cidades que compõem suas áreas metropolitanas. O objetivo, neste aspecto, foi agrupar municípios com características de polos econômicos regionais capazes de influenciar cidades polos econômicos locais.

Procedeu-se, então, à classificação dos 1.878 municípios dentro de cada critério definido, atribuindo um valor de 1 até 1.878 para cada cidade, de forma que a cidade melhor classificada dentro do critério obtinha 1 ponto e a última, 1.878 pontos. Em seguida, somaram-se os pontos obtidos por cada cidade, para então elaborar o *ranking*.

Selecionaram-se, assim, as primeiras 115 cidades, posição em que todos os estados da área de atuação do BNB estavam contemplados com pelo menos uma cidade.

Aplicou-se, em seguida, o critério populacional, selecionando-se aquelas cidades cuja população estivesse entre o intervalo aberto de 100 a 500 mil habitantes, critério mais aceito nos estudos e pesquisas referentes ao tema. Das 115 cidades selecionadas pelos critérios econômicos e sociais, permaneceram 39 cidades que atendiam ao critério de população.

Novamente considerando as primeiras cidades até que os 11 estados da Federação que compõem a área de atuação do BNB, tivessem sido contemplados com pelo menos uma cidade, obteve-se um conjunto formado por 31 cidades médias, localizadas nos seguintes estados: Alagoas (1), Bahia (10), Ceará (3), Espírito Santo (3), Maranhão (2), Minas Gerais (2), Paraíba (2), Pernambuco (5) além dos estados do Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe, cada um representado por uma cidade, contemplando, assim, todos os estados incluídos na área de atuação do BNB.

A próxima etapa do estudo envolverá a realização de uma pesquisa de campo em 15 cidades médias, com o objetivo de conhecer a infraestrutura e foco em mobilidade, saneamento, abastecimento de água, logística e gestão de resíduos sólidos; e verificar as práticas de gestão municipal dessas cidades no que se refere à inovação. A Seleção das cidades considerou a inclusão de todos os estados e as diversas áreas do espaço geográfico escolhido. Assim, foram selecionadas Sobral (CE), Parnaíba (PI) e Mossoró (RN), no extremo norte da Região; Imperatriz (MA), Bacabal (MA) e Barreiras (BA), a Oeste; Campina Grande (PB), Caruaru (PE), Arapiraca (AL), Lagarto (SE) e Juazeiro do Norte (CE), no lado Leste; Petrolina (PE) e Juazeiro (BA), localizadas no Centro; Montes claros (MG) e Linhares (ES), ao Sul.

Boletins Disponíveis:

[Ano 1, n. 1, Jan-Mar. 2018](#)

[Ano 1, n. 2, Abr-Jun. 2018](#)

[Ano 1, n.3, Jul-Set. 2018](#)

ESCRITÓRIO TÉCNICO DE ESTUDOS ECONÔMICOS DO NORDESTE - ETENE | Economista-Chefe: Luiz Alberto Esteves. Gerente de Ambiente: Tibério Rômulo Romão Bernardo. Elaboração: Célula de Avaliação de Políticas e Programas. Gerente Executivo: Marcos Falcão Gonçalves. Equipe Técnica: Elizabeth Castelo Branco, Iracy Soares Ribeiro Maciel, Jacqueline Nogueira Cambota, Jane Mary Gondim de Souza, Luiz Fernando Gonçalves Viana, Maria Inêz Simões Sales, Maria Odete Alves. Coordenação e edição: Maria Odete Alves. Revisão Vernacular: Hermano José Pinho. Projeto Gráfico: Gustavo Bezerra Carvalho.

Aviso Legal: O BNB/ETENE não se responsabiliza por quaisquer atos/decisões tomados com base nas informações disponibilizadas por suas publicações e projeções. Desse modo, todas as consequências ou responsabilidades pelo uso de quaisquer dados ou análises desta publicação são assumidas exclusivamente pelo usuário, eximindo o BNB de todas as ações decorrentes do uso deste material. O acesso a essas informações implica a total aceitação deste termo de responsabilidade. É permitida a reprodução das matérias desde que seja citada a fonte.